

PROJETO

SUB-AÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE

Órgão/Entidade Proponente	CNPJ
Instituto Federal de Alagoas	10.825.373/0003-17

ENDEREÇO

Rua Dr. Odilon Vasconcelos, 103 - Jatiúca, Maceió - AL

MUNICÍPIO	UF	CEP	DDD/TELEFONE	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Maceió	AL	57035-660	(82) 2126-7000	gabinete.reitoria@ifal.edu.br

CÓDIGO DA UNIDADE GESTORA	CÓDIGO DA GESTÃO
158147	IFAL – Instituto Federal de Alagoas

NOME DO RESPONSÁVEL	FUNÇÃO	CPF
Carlos Guedes Larcera	Reitor	475.046.174-15

CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR	CARGO	MATRÍCULA
1003605303	PROFESSOR EBTT	2410916

ESFERA ADMINISTRATIVA

FEDERAL

ENDEREÇO	CEP
Rua Prefeito Abdon Arroxelas, 305 – Ponta Verde, Maceió- Alagoas	57035-380

NOME DO COORDENADOR DO PROJETO	DDD e TELEFONE	endereço eletrônico	CPF
Daniel de Jesus Pereira	71 99248-1501	daniel.pereira@ifal.edu.br	008.095.755-23

1.1. TÍTULO DO PROJETO

“Educação em Direitos Humanos e Prevenção das Violências na rede pública de ensino em Alagoas”

1.2. OBJETIVO GERAL

Promover a formação qualificada de educadores, conselheiros de educação e demais profissionais da educação do Estado de Alagoas para a integração dos Direitos Humanos e da Educação Ambiental como eixos estruturantes das práticas pedagógicas e da governança escolar, fortalecendo a proteção integral de crianças e adolescentes, a promoção de ambientes escolares seguros, sustentáveis e inclusivos, bem como a consolidação da convivência democrática no cotidiano das instituições educacionais.

1.2.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Qualificar educadores, gestores escolares e membros dos Conselhos Municipais e Estadual de Educação de Alagoas para a incorporação dos Direitos Humanos e da Educação Ambiental como fundamentos das práticas pedagógicas e da gestão escolar, com foco na promoção de ambientes educacionais seguros, inclusivos, sustentáveis e comprometidos com a proteção integral de crianças e adolescentes;
- Fortalecer os mecanismos institucionais de governança, acompanhamento e monitoramento do ambiente escolar, por meio da sistematização, análise e publicização de informações relacionadas à convivência democrática, à inclusão, à diversidade e às situações de violação de direitos e conflitos socioambientais no contexto educacional, contribuindo para a consolidação de espaços permanentes de observação e análise de políticas públicas;
- Desenvolver, sistematizar e disponibilizar diretrizes técnicas, pedagógicas e operacionais que subsidiem escolas, educadores e conselhos de educação na implementação de práticas educativas, protocolos de atuação e instrumentos de monitoramento baseados nos princípios dos Direitos Humanos e da Educação Ambiental, respeitando as especificidades territoriais, sociais e culturais do contexto alagoano;
- Articular a formação continuada com a produção e a difusão de conhecimento aplicado, assegurando que os conteúdos trabalhados no projeto sejam convertidos em materiais de referência, instrumentos de apoio técnico e orientações institucionais de uso continuado nos sistemas de ensino;
- Produzir e disseminar conteúdos educativos, informativos e audiovisuais, ampliando o alcance da formação, fortalecendo a sensibilização da comunidade escolar e promovendo a consolidação de uma cultura de direitos, sustentabilidade socioambiental e convivência democrática no ambiente educacional.

2. JUSTIFICATIVA

A escola constitui um espaço estratégico de proteção integral, socialização e desenvolvimento humano, sendo central para a efetivação dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes. Contudo, esse espaço tem sido atravessado por múltiplas formas de violência — entre elas o bullying — que configuram violações de direitos fundamentais e produzem impactos diretos sobre a permanência escolar, os processos de aprendizagem, o bem-estar psicossocial e a saúde mental dos estudantes. O bullying, enquanto prática de intimidação sistemática, compromete o direito à educação em condições de dignidade, respeito e segurança, exigindo respostas pedagógicas, institucionais e intersetoriais estruturadas.

Em escala nacional, dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE 2019/IBGE) indicam que 23% dos estudantes de 13 a 17 anos relataram ter se sentido magoados, ofendidos ou humilhados por provocações de colegas nos 30 dias anteriores à pesquisa, evidenciando que o fenômeno é recorrente e cotidiano, e não episódico. Em Alagoas, os dados revelam um cenário igualmente preocupante: embora 58,8% dos estudantes tenham declarado não ter sido humilhados no período de referência, 17,6% relataram ter sofrido humilhações ao menos uma vez e 22,5% duas ou mais vezes, o que se aproxima diretamente do núcleo conceitual do bullying, caracterizado pela repetição e assimetria de poder (IBGE, 2021).

O quadro se agrava quando observada a dinâmica recente da violência nas instituições de ensino a partir de notificações oficiais em saúde. Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/DataSUS) apontam que Alagoas passou de 17 registros de violência em instituições de ensino em 2014 para 108 registros em 2024, representando um crescimento de aproximadamente 535% no período. Ainda que a categoria “violência escolar” abarque múltiplas tipologias (física, psicológica, sexual, negligência), o aumento expressivo sinaliza a intensificação de conflitos no ambiente educacional e reforça a urgência de estratégias preventivas, formativas e institucionais, capazes de atuar antes que situações de intimidação evoluam para agressões graves e rupturas do vínculo escolar.

Essa urgência também é reconhecida no âmbito das políticas educacionais nacionais. Boletins técnicos do Ministério da Educação indicam que, no SAEB 2023, houve redução significativa da proporção de escolas que declararam não ter registrado episódios de bullying em comparação a 2021, sugerindo tanto maior ocorrência quanto maior visibilidade e registro do fenômeno. Esse cenário demanda capacidade institucional qualificada para identificar, registrar, tratar e monitorar adequadamente os casos, articulando escola, gestão educacional, conselhos e políticas de proteção (MEC, 2024).

No plano estadual, Alagoas avançou ao instituir protocolos de prevenção e enfrentamento às violências no âmbito da rede de ensino, buscando orientar a análise e a tomada de decisão frente a situações de conflito e violação de direitos. Esses instrumentos representam um passo relevante; contudo, sua efetividade depende de fatores estruturantes: formação continuada dos profissionais, governança ativa, capacidade de monitoramento e atuação articulada entre escolas, municípios e instâncias de regulação e controle social, como os Conselhos Municipais e o Conselho Estadual de Educação.

Além dos dados agregados, episódios concretos ocorridos no estado evidenciam as múltiplas faces do problema e seus efeitos sobre estudantes e comunidades escolares. Casos recentes amplamente divulgados pela imprensa alagoana — envolvendo humilhações públicas, agressões físicas, injúria racial e ameaças no entorno de unidades escolares — demonstram que o bullying frequentemente se articula a outras formas de discriminação (raça/cor, aparência, deficiência, gênero), ampliando a gravidade das violações e exigindo uma abordagem explícita e fundamentada em Direitos Humanos. Esses episódios também revelam que, quando não há mediação pedagógica adequada e fluxos institucionais claros, conflitos escolares podem escalar para tensões comunitárias e riscos à segurança.

Nesse contexto, a Educação Ambiental, entendida em sua perspectiva crítica, socioambiental e emancipatória, emerge como eixo estratégico complementar. Em Alagoas, marcado por profundas

desigualdades sociais, vulnerabilidades ambientais, conflitos territoriais e impactos sobre populações tradicionais e periféricas, a escola desempenha papel central na formação de sujeitos capazes de compreender as relações entre ambiente, justiça social, direitos humanos e convivência democrática. A Política Nacional de Educação Ambiental e as Diretrizes Curriculares Nacionais apontam a Educação Ambiental como transversal, contínua e integrada às práticas educativas, contribuindo para a construção de valores como solidariedade, respeito à diversidade, cuidado coletivo e resolução não violenta de conflitos — elementos diretamente relacionados à prevenção de violências no ambiente escolar (BRASIL, 1999; BRASIL, 2012).

Assim, fortalecer a articulação entre Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental no contexto escolar alagoano significa ampliar a capacidade das escolas de promover ambientes seguros, inclusivos, sustentáveis e socialmente responsáveis. Significa, também, qualificar educadores e conselheiros para compreender o bullying não apenas como um problema comportamental individual, mas como fenômeno social, relacional e institucional, que demanda políticas, protocolos, monitoramento e participação social.

Diante disso, o presente projeto se justifica como uma resposta necessária, oportuna e alinhada a evidências, ao propor uma formação qualificada que integra prática pedagógica e governança educacional. A estratégia de implantação de um Observatório de Políticas de Inclusão e Diversidade, associada à produção de um Guia de Enfrentamento e Monitoramento do Bullying nas Escolas de Alagoas e ao desenvolvimento de materiais educativos e audiovisuais, assegura que o investimento ultrapasse a capacitação pontual, deixando produtos estruturantes capazes de apoiar decisões, orientar redes municipais, qualificar práticas escolares e gerar evidências para o acompanhamento e a avaliação contínua das políticas públicas educacionais no estado.

REFERÊNCIAS:

- ALAGOAS. **Secretaria de Estado da Educação**. *Protocolo de prevenção e enfrentamento às violências nas escolas da rede estadual de ensino*. Maceió: SEDUC/AL, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.al.gov.br>. Acesso em: 02 dez. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jun. 2012.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. *Boletim SAEB 2023: Violência, bullying e cyberbullying nas escolas*. Brasília: MEC/INEP, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- BRASIL. **Ministério da Saúde**. *Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN: Violência interpessoal e autoprovocada*. Brasília: MS/DATASUS, 2024. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). *Diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos*. Brasília: CNE/MEC, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- G1 ALAGOAS. *Estudante tem rosto empurrado em prato de merenda em escola pública de Rio Largo*. Maceió, 15 nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas>. Acesso em: 05 dez. 2025.
- G1 ALAGOAS. *Aluna denuncia bullying em escola da rede municipal de Maceió por meio de carta*. Maceió, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas>. Acesso em: 2 jul. 2025.
- G1 ALAGOAS. *Caso de injúria racial em escola de Maceió é investigado pelo Ministério Público*. Maceió, 10 jun. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas>. Acesso em: 02 fev. 2025.
- G1 ALAGOAS. *Conflito em escola de Arapiraca mobiliza polícia após denúncia de bullying*. Arapiraca, 22 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas>. Acesso em: 08 ago. 2025.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Boletim Técnico: Violência e Bullying no Contexto Escolar – SAEB 2023**. Brasília: MEC/INEP, 2024.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS. *Atuação do MPAL em casos de violência e bullying no ambiente escolar*. Maceió: MPAL, 2025. Disponível em: <https://www.mpal.mp.br>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Educação em direitos humanos: diretrizes e práticas*. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: <https://unesco.org>. Acesso em: 20 dez. 2025.

3. ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

3.1 Público-alvo e abrangência institucional

O projeto será executado em âmbito estadual, com foco na formação de:

- a. Educadores da rede pública (municipal e estadual);
- b. Conselheiros Municipais de Educação (2 representantes de cada um dos 102 Conselhos Municipais de Educação de Alagoas);
- c. Conselho Estadual de Educação de Alagoas (mínimo de 1 representante);
- d. Representantes das 13 Gerências Regionais de Educação do Estado de Alagoas (GREs).

A estratégia de mobilização garantirá representatividade territorial, diversidade institucional e capilaridade das ações formativas.

Público Total: 500 participantes, distribuídos entre educadores, conselheiros e gestores educacionais.

3.2 Estrutura geral da formação (modelo híbrido – 180 Horas)

A formação será organizada em dois eixos complementares:

Eixo I – Formação Híbrida Continuada (atividades remotas síncronas e assíncronas);

Eixo II – Encontros Presenciais com Oficinas Temáticas (3 grandes encontros regionais).

Essa arquitetura permite ampla escala, redução de custos, qualidade pedagógica e entregas estruturantes permanentes.

SOBRE OS EIXOS:

EIXO I – Formação Híbrida Continuada (500 participantes)

3.2.1 Formação remota síncrona: Serão realizados encontros online ao vivo, com mediação pedagógica, voltados à fundamentação conceitual e normativa do projeto.

Disciplina 1 – Fundamentos da Educação em Direitos Humanos

Carga horária: 45h

Ementa: Abordagem teórico-crítica e prática da Educação em Direitos Humanos, compreendida como processo formativo voltado ao reconhecimento de todas as pessoas como sujeitos de direitos. Estudo de princípios, diretrizes e marcos normativos nacionais e internacionais. Reflexão sobre a construção de ambientes educativos e sociais comprometidos com a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, a valorização das diversidades como patrimônio ético e cultural e a afirmação da dignidade humana. Análise de estratégias pedagógicas que promovam o respeito, a solidariedade e o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência, contribuindo para a consolidação de uma cultura democrática, inclusiva e participativa.

Disciplina 2 – Educação Ambiental

Carga horária: 30h

Ementa: Estudo dos fundamentos teóricos, legais e pedagógicos da Educação Ambiental e sua aplicação no contexto escolar formal, considerando a escola como espaço de formação cidadã, promoção de sustentabilidade e desenvolvimento de competências socioambientais. A disciplina aborda os princípios histórico-políticos da Educação Ambiental no Brasil, as políticas públicas e diretrizes legais (incluindo a Política Nacional de Educação Ambiental), a integração curricular e transversalidade temática nas etapas da educação básica, e a concepção e implementação de práticas pedagógicas e projetos socioambientais que articulam teoria e prática no ambiente escolar. Ênfase em perspectivas críticas, interdisciplinares e participativas, com análise de casos e experiências educativas que promovam a atuação crítica, reflexiva e transformadora dos estudantes frente aos desafios ambientais e sociais contemporâneos.

Disciplina 3 – Bullying, Cyberbullying e Violências no Ambiente Escolar

Carga horária: 45h

Ementa: Conceituação do bullying e do cyberbullying. Tipologias (físico, verbal, psicológico, moral, social, virtual). Diferenças entre conflito, indisciplina e bullying. Fatores de risco e proteção. Impactos psicológicos, sociais e educacionais. Interseccionalidades: raça, gênero, deficiência, orientação sexual, aparência e território. Estudos de casos reais no contexto das escolas de Alagoas. Aprofunda o fenômeno em si, evitando abordagens superficiais e preparando educadores e conselheiros para identificação qualificada das situações.

Disciplina 4 – Governança Escolar e Direitos Humanos

Carga horária: 30h

Ementa: Estudo da governança escolar no âmbito da Educação em Direitos Humanos, considerando a escola como espaço estratégico de promoção da cidadania, da equidade e da justiça social. Análise dos fundamentos da gestão democrática, dos marcos legais e normativos da educação básica e dos direitos humanos, bem como das instâncias colegiadas (conselhos escolares, conselhos de educação e demais espaços participativos) na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas educacionais. Discussão sobre transparência, accountability, participação social e corresponsabilização na gestão escolar. Abordagem das relações entre governança, inclusão, diversidade e enfrentamento das violências no ambiente escolar, com ênfase na construção de práticas institucionais éticas, participativas e comprometidas com a garantia de direitos.

Disciplina 5 – Práticas Educativas Interseccionais e Prevenção das Violências na Escola

Carga horária: 15h

Ementa: Estudo das violências no contexto escolar a partir de uma abordagem interseccional, considerando as múltiplas dimensões das desigualdades e violações de direitos que afetam grupos historicamente vulnerabilizados. Análise das intersecções entre gênero, raça, classe, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, território e condição migratória, com foco em crianças, adolescentes, mulheres, população LGBTQIA+, pessoas em situação de rua, refugiados e apátridas. Desenvolvimento de estratégias pedagógicas e institucionais para prevenção, enfrentamento e mediação de violências no ambiente escolar, com ênfase na promoção de uma cultura de equidade, respeito à diversidade e justiça social.

Disciplina 6 – Gestão, planejamento, monitoramento e avaliação educacional voltados para a equidade

Carga horária: 15h

Ementa: Fundamentos da gestão educacional orientada pela equidade e pela justiça social. Planejamento educacional em diferentes níveis do sistema de ensino (escola, rede e políticas públicas). Instrumentos de gestão, monitoramento e avaliação educacional baseados em evidências. Indicadores educacionais, sistemas de avaliação e uso de dados para formulação e acompanhamento de políticas educacionais. Análise de desigualdades educacionais e estratégias de promoção da inclusão, da permanência e do sucesso escolar. Cultura de avaliação, gestão democrática e tomada de decisão orientada por dados no contexto das políticas públicas educacionais.

3.2.2 Formação remota assíncrona: Os participantes terão acesso a conteúdos estruturados em ambiente virtual de aprendizagem, incluindo: (a) Videoaulas gravadas; (b) Leituras orientadas; (c) Estudos de caso baseados em situações reais de Alagoas; (d) Fóruns de discussão mediados; e, (e) Atividades reflexivas e aplicadas ao território de atuação do cursista.

EIXO II – Encontros Presenciais com Oficinas Temáticas (3 encontros/ 5h/cada)

Serão realizados 3 grandes encontros presenciais, com caráter regionalizado, reunindo educadores, conselheiros e gestores educacionais, garantindo logística adequada e participação territorial. Dentre os objetivos dos encontros presenciais estão: (a) aprofundar conteúdos trabalhados na formação híbrida; (b) Promover aprendizagem prática e colaborativa; (c) Discutir casos reais dos municípios alagoanos; (d) Construir coletivamente diretrizes e protocolos aplicáveis; (e) Fortalecer redes interinstitucionais de proteção escolar.

3.2.3 Estrutura dos encontros presenciais

- a. Cada encontro presencial terá 5h cada e contará com:

1. Mesa de abertura institucional;
2. Oficinas temáticas simultâneas, com metodologias ativas;
3. Trabalhos em grupo por território (municípios/GREs);
4. Sistematização de propostas e recomendações.

4. Estratégias de articulação interinstitucional

A execução do presente projeto será estruturada a partir de um processo contínuo de articulação interinstitucional, coordenado pelo Instituto Federal de Alagoas (IFAL), instituição proponente e responsável pela condução técnica, pedagógica e administrativa das atividades previstas. Essa articulação será viabilizada por meio da mobilização da rede institucional do IFAL em todo o território alagoano, com destaque para a atuação dos Núcleos de Gênero, Diversidade e Inclusão (NUGEDIS), presentes nos 16 campi da instituição. Além da estrutura interna do IFAL, o projeto será desenvolvido em permanente interlocução com instituições públicas e com entidades da sociedade civil organizada que atuam nas áreas da educação, da promoção dos direitos humanos, da proteção integral de crianças e adolescentes e da defesa de direitos sociais. Essa articulação incluirá organizações da sociedade civil, movimentos sociais, associações comunitárias e instituições que desenvolvem ações educativas e de proteção social nos diferentes municípios alagoanos.

No âmbito da gestão educacional, serão estabelecidos canais diretos de cooperação com as secretarias municipais e estadual de educação, com as Gerências Regionais de Educação (GREs), bem como com os Conselhos Municipais de Educação e o Conselho Estadual de Educação de Alagoas. Essas instâncias desempenham papel fundamental na governança educacional, na normatização das políticas públicas e no acompanhamento das condições de funcionamento das instituições escolares, sendo, portanto, atores centrais para a consolidação das ações de prevenção das violências escolares e de promoção da convivência democrática.

A representatividade institucional do IFAL no estado, aliada à sua trajetória de atuação em projetos de formação, extensão e pesquisa voltados à inclusão, diversidade e direitos humanos, permitirá que essa articulação interinstitucional seja conduzida de forma colaborativa e dialógica. Nesse sentido, o projeto buscará fortalecer redes de cooperação entre instituições de ensino, órgãos públicos e sociedade civil, promovendo espaços de diálogo, construção coletiva de soluções e compartilhamento de experiências.

Essa estratégia de articulação também contribuirá para ampliar a legitimidade social do projeto, fortalecer sua sustentabilidade institucional e assegurar que os produtos estruturantes previstos — como o Observatório de Políticas de Inclusão e Diversidade, o Guia de Enfrentamento e Monitoramento do Bullying nas Escolas de Alagoas e os materiais formativos — sejam construídos de forma participativa e alinhados às demandas reais das redes educacionais e dos territórios. Dessa forma, o projeto se configura não apenas como uma ação formativa, mas como um processo de construção coletiva de conhecimento e de fortalecimento das políticas públicas educacionais, apoiado em uma ampla rede de cooperação institucional e social em todo o Estado de Alagoas.

5. Estratégia de Retenção dos Cursistas

A estratégia de retenção do curso está estruturada na promoção do vínculo, do acompanhamento contínuo e da relevância prática da formação. Os três encontros presenciais atuam como marcos de integração, fortalecimento do pertencimento e consolidação das aprendizagens, enquanto o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), aliado às aulas síncronas, organiza trilhas claras, dinâmicas e acessíveis, com metodologias participativas que estimulam o engajamento e a aplicação dos conteúdos no contexto profissional dos cursistas.

A permanência estará sustentada por monitoramento sistemático e atuação ativa da tutoria e do corpo docente, com acompanhamento individualizado de frequência, participação e desempenho no AVA. Serão realizadas intervenções pedagógicas tempestivas, com comunicação direta e acolhedora junto aos cursistas que apresentarem sinais de descontinuidade, além de devolutivas qualificadas e estímulo

constante à participação. Essa dinâmica assegurará não apenas o controle acadêmico, mas sobretudo a construção de uma rede de apoio que favorece a continuidade no curso.

Adicionalmente, a proposta prevê a identificação contínua de possíveis impedimentos à permanência (de ordem pedagógica, tecnológica, profissional ou pessoal), com adoção de estratégias inclusivas para sua superação. A escuta ativa, os ajustes metodológicos e a mediação institucional serão mobilizados para mitigar riscos de evasão, garantindo condições efetivas de acesso, permanência e êxito, em alinhamento com os princípios da equidade e da educação inclusiva. Daremos suporte local para, principalmente, aquelas que digam respeito à acesso tecnológico.

6. Produtos esperados

1. **Oferta de curso de 180h**, em formato semipresencial, com atividades desenvolvidas em 1 polo presencial, para 500 profissionais da educação;
2. **Observatório de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Diversidade**: alimentado a partir das discussões, estudos de caso e dados produzidos nas oficinas; atualizado continuamente com informações sistematizadas da formação; Instrumento permanente de monitoramento e transparência.
3. **Guia de Enfrentamento e Monitoramento do Bullying nas Escolas de Alagoas (online e impresso)**: Construído de forma colaborativa; baseado em evidências, normativos e práticas territoriais; validado com educadores, conselheiros e gestores.
4. **Cartilha sobre Educação em Direitos Humanos: relatos de experiência e ações práticas a partir da escola**: Construído de forma colaborativa; baseado em evidências, normativos e práticas territoriais; validado com educadores, conselheiros e gestores.
5. **Material audiovisual do curso**: Resultante da formação híbrida; reutilizável para formações futuras; Ampliando o alcance e a sustentabilidade do projeto.

7. Resultados esperados com a organização proposta

1. Formação qualificada de 500 agentes educacionais e conselheiros de educação;
2. Fortalecimento da capacidade institucional dos Conselhos Municipais e Estadual de Educação;
3. Produção de instrumentos técnicos permanentes sobre Educação em Direitos Humanos no Estado de Alagoas;
4. Ampliação da cultura de Direitos Humanos, proteção e convivência democrática nas escolas;
5. Construção de rede de discussão sobre Direitos Humanos em ambiente escolar.

9. METAFÍSICA E CUSTO UNITÁRIO

Será ofertado o curso de aperfeiçoamento **“Educação em Direitos Humanos e Prevenção das Violências na rede pública de ensino em Alagoas”**, com carga horária total de 180 horas, de forma híbrida, destinado a 500 cursistas, ao **custo unitário de R\$ 563,29**, calculado a partir da divisão do valor total de custeio pelo número de vagas ofertadas.

O Instituto Federal de Alagoas – Campus Maceió atuará como polo principal, concentrando a coordenação geral e pedagógica do curso, a gestão do ambiente virtual de aprendizagem, a produção de conteúdos audiovisuais, as ações de acessibilidade e a sistematização dos produtos estruturantes. O Campus Maceió dispõe de capacidade física e técnica para acolher até 500 participantes simultaneamente nos encontros presenciais, além de infraestrutura adequada para a realização de oficinas temáticas em salas paralelas, garantindo qualidade pedagógica, acessibilidade e suporte operacional compatíveis com o porte da formação proposta.

10. VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 281.644,00

4. VIGÊNCIA DO PROJETO:

INÍCIO	TÉRMINO
04/2026	12/2026

11. PÚBLICO

O curso é destinado a 500 participantes, com abrangência estadual, envolvendo educadores da educação básica das redes municipal e estadual de Alagoas, incluindo professores, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e técnicos das secretarias de educação, bem como membros dos Conselhos Municipais de Educação, com a indicação de até dois representantes de cada um dos 102 municípios do Estado de Alagoas, além de representante do Conselho Estadual de Educação de Alagoas e de representantes das 13 Gerências Regionais de Educação (GRES) da rede estadual.

O público-alvo foi definido de modo a assegurar representatividade territorial, articulação entre prática pedagógica e governança educacional e capilaridade das ações formativas, garantindo impacto direto nas escolas e nos processos normativos e decisórios do sistema educacional alagoano.

12. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROJETO

Cronograma de Execução do Projeto (03/2026 a 12/2026)

Atividades / Subatividades	Início	Término
1. Planejamento e organização do projeto	Mês 01	Mês 01
1.1 Constituição da equipe técnica e pedagógica	Mês 01	Mês 01
1.2 Planejamento pedagógico detalhado das disciplinas	Mês 01	Mês 01
1.3 Planejamento logístico dos encontros presenciais	Mês 01	Mês 01
2. Divulgação institucional e mobilização do público	Mês 01	Mês 01
2.1 Elaboração de material de divulgação	Mês 01	Mês 01
2.2 Divulgação junto às redes municipais, GRES e Conselhos	Mês 01	Mês 01
3. Inscrição, seleção e matrícula dos participantes	Mês 01	Mês 01
3.1 Recebimento de inscrições	Mês 01	Mês 01
3.2 Validação institucional e matrícula	Mês 01	Mês 01
4. Formação híbrida – atividades remotas síncronas e assíncronas (120h)	Mês 02	Mês 02
4.1 Disciplina 1 – Fundamentos da Educação em Direitos Humanos	Mês 01	Mês 01
4.2 Disciplina 2 – Educação Ambiental	Mês 02	Mês 02
4.3 Disciplina 3 – Bullying, Cyberbullying e Violências	Mês 03	Mês 03
4.4 Disciplina 4 – Governança Escolar e Direitos Humanos	Mês 04	Mês 04
4.5 Disciplina 5 – Práticas Educativas Interseccionais e Prevenção das Violências na Escola	Mês 05	Mês 05
4.6 Disciplina 6 - Gestão, planejamento, monitoramento e avaliação educacional voltados para a equidade	Mês 06	Mês 06
5. Encontros presenciais com oficinas temáticas	Mês 01	Mês 06
5.1 1º Encontro Presencial – Abertura do Curso	Mês 01	Mês 01
5.2 2º Encontro Presencial	Mês 03	Mês 03

5.3 3º Encontro Presencial	Mês 05	Mês 05
6. Sistematização dos produtos estruturantes	Mês 05	Mês 05
6.1 Alimentação e atualização do Observatório	Mês 02	Mês 06
6.2 Elaboração colaborativa do Guia e Cartilha	Mês 02	Mês 06
6.3 Produção e edição do material audiovisual	Mês 02	Mês 06
7. Avaliação da formação e encerramento pedagógico	Mês 06	Mês 06
7.1 Avaliação dos participantes e consolidação de resultados	Mês 06	Mês 06
8. Prestação de contas e relatório final	Mês 06	Mês 06
8.1 Consolidação da prestação de contas técnica e financeira	Mês 06	Mês 06
8.2 Elaboração e entrega do relatório final	Mês 06	Mês 06

RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS, exceto bolsa-formação:

As bolsas-formação serão pagas diretamente pelo Sistema da Rede Nacional de Formação de Professores (RENAFOR). O projeto prevê a contratação de outros profissionais para dar suporte às atividades.

Função	Atividade Desenvolvida	Qtd pessoas	Carga hr/mês	Período (mês)
Apoio Administrativo-Financeiro	Organização documental; controle administrativo; apoio à execução orçamentária; organização da prestação de contas técnica e financeira	02	40	08 meses
Apoio de Tecnologia da Informação (TI)	Gestão do ambiente virtual de aprendizagem; suporte técnico aos participantes; apoio ao desenvolvimento do curso online; manutenção de plataformas e sistemas	02	40	06 meses
Intérprete de Libras	Tradução e interpretação em Libras nas atividades síncronas e nos encontros presenciais, garantindo acessibilidade comunicacional e demais demandas que surgirem durante a execução do projeto.	02	40	06 meses
Audiodescritor	Elaboração de audiodescrição para materiais audiovisuais e eventos presenciais, assegurando acessibilidade a pessoas com deficiência visual e demais demandas que surgirem durante a execução do projeto.	02	40	06 meses
Produtor/Editor de Conteúdo Audiovisual	Gravação, edição e finalização dos conteúdos audiovisuais do curso; organização do acervo digital	02	40	06 meses
Secretário de Curso	Apoio à coordenação do curso no processo de inscrição dos cursistas, na articulação com as secretarias de educação e com os conselhos de educação; auxílio na organização dos materiais didáticos e dos produtos do projeto	01	40	08 meses

13. MONITORAMENTO

Em conformidade com o artigo 6º do Decreto 6.170/2007 e com o artigo 51 da Portaria MP/MF/CGU nº 127/2008, a função gerencial fiscalizadora será exercida pela concedente. Assim, o monitoramento da implementação da subação do curso de aperfeiçoamento em “Educação em Direitos Humanos e Prevenção das Violências na rede pública de ensino em Alagoas”, será realizado pela SECADI/MEC .

14. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

14.1 Do Curso de aperfeiçoamento em “Educação em Direitos Humanos e Prevenção das Violências na rede pública de ensino em Alagoas”

Descrição do Item de despesa	Qtd.	Período (Quantidade de meses)	Valor Mensal R\$	Valor Total R\$
Apoio Administrativo-Financeiro	2	8	R\$ 1.500,00	R\$ 24.000,00
Apoio de Tecnologia da Informação (TI)	2	6	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
Intérprete de Libras	2	6	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
Audiodescritor	2	6	R\$ 1.500,00	R\$ 18.000,00
Produtor/Editor de Conteúdo Audiovisual	1	6	R\$ 1.500,00	R\$ 9.000,00
Secretária executiva	1	8	R\$ 1.500,00	R\$ 12.000,00
Passagens	6	-	R\$ 2.000,00	R\$ 12.000,00
Diárias fora do Estado	18	18	R\$ 380,00	R\$ 6.840,00
Produção de banner para o evento de culminância	02	-	R\$ 200,00	R\$ 400,00
Coffee break para o evento presencial (500 pessoas) para os 3 encontros	1.500 pessoas (500 cursistas em 3 eventos)	3 eventos	R\$ 31,20 (valor por pessoa)	R\$ 46.800,00
Serviço Especializado em confecção e	1	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00

editoração de manuais, cartilhas e e-books				
Produção e impressão do livro	1.500	Unidade	R\$ 16,00	R\$ 24.000,00
Serviços de deslocamento para atuação nas escolas do Estado já incluídos combustíveis, motorista e sua diária.	4.000	km	R\$ 5,00	R\$ 20.000,00
Empresa especializada em banco de dados e manutenção de Observatório com inclusão de indicadores e melhorias necessárias sobre Educação e Direitos Humanos.	1	serviço	R\$ 32.000,00	R\$ 32.000,00
Gestão fundacional				R\$ 25.604,00
SUBTOTAL				R\$ 281.644,00

JUSTIFICATIVAS DE CONTRATAÇÕES DA TABELA 14.1

Apoio Administrativo-Financeiro	A execução de um curso de 180h para 500 cursistas, com ações presenciais, implica alto volume de processos administrativos e financeiros, inclusive: organização documental, registros, conferências, instruções de pagamento, evidências de execução, relatórios, controles, arquivamento e preparação de prestações de contas técnica e financeira. São atividades críticas: (a) Organização e padronização de processos administrativos do projeto (comprovantes, listas, registros, contratos/serviços); (b) apoio à execução de despesas, com conferência de documentos fiscais e conformidade; (c) consolidação de evidências de realização (formação híbrida + encontros presenciais); (d) Suporte à prestação de contas, evitando glosas por falhas formais. A contratação é necessária por 8 meses, pois os serviços desse profissional são necessários na fase de desenvolvimento do curso, inscrições de cursistas, execução do curso, finalização do curso, de emissão de certificados e de elaboração do relatório final.
Apoio de Tecnologia da Informação (TI)	A contratação de dois profissionais de Apoio de Tecnologia da Informação (TI), pelo período de 10 meses cada, é necessária para assegurar a viabilidade técnica e operacional do curso em modelo híbrido, que atenderá 500

	cursistas distribuídos em polos e atividades remotas e presenciais. A escala da formação exige infraestrutura tecnológica estável e suporte contínuo ao ambiente virtual de aprendizagem, às transmissões síncronas e à organização dos conteúdos digitais, bem como atendimento permanente às demandas de acesso, segurança, acessibilidade digital e estabilidade dos sistemas utilizados. Esses profissionais serão responsáveis pela configuração, gestão e manutenção do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), incluindo a organização de turmas, trilhas formativas, fóruns, avaliações e emissão de certificados; pelo suporte técnico direto aos cursistas e à equipe do projeto, com atendimento a incidentes relacionados a logins, senhas, navegação e uso das plataformas; pelo apoio técnico às transmissões síncronas, abrangendo criação e gerenciamento de salas virtuais, gravações, armazenamento e backups; pela emissão de relatórios operacionais, tais como registros de acesso, participação e carga horária; e pelo suporte às atividades presenciais, incluindo inscrições, credenciamento digital, projeção, sonorização e conectividade de rede. A atuação contínua desses bolsistas é indispensável para garantir a qualidade pedagógica, a inclusão digital, a confiabilidade dos registros e a certificação dos cursistas, reduzindo riscos operacionais e assegurando o cumprimento das metas e produtos previstos no projeto.
Intérprete de Libras	A contratação de intérpretes de Libras é indispensável para assegurar que a formação em Direitos Humanos e inclusão seja, de fato, exemplar em termos de acessibilidade. A oferta de interpretação em Libras garante a participação plena de cursistas surdos, promove o cumprimento dos princípios da igualdade e da não discriminação e qualifica a comunicação em aulas síncronas, mesas, oficinas e encontros presenciais ao longo de toda a execução do projeto. Além disso, contribui para a produção de conteúdos educacionais acessíveis, orientando gravações e o uso adequado de terminologia específica, bem como atendendo a demandas pontuais de acessibilidade comunicacional que surgem durante o desenvolvimento das atividades. A previsão de dois intérpretes ao longo de vinte meses justifica-se pela natureza contínua e intensiva das atividades síncronas e dos eventos presenciais, que exigem revezamento para garantir qualidade técnica, fidedignidade da interpretação e preservação da saúde laboral, evitando sobrecarga profissional. O prazo estendido é necessário para cobrir as diferentes janelas formativas, as etapas de gravação e edição de materiais, os momentos de

	culminância do projeto e ações institucionais adicionais, como reuniões de validação de produtos, guias e observatórios vinculados à iniciativa. A não contratação desses profissionais implicaria risco significativo de exclusão de cursistas surdos, descaracterização do projeto em relação aos seus próprios princípios de Direitos Humanos e inclusão, além de potencial questionamento institucional e de órgãos de controle pela ausência de acessibilidade comunicacional adequada.
Audiodescritor	A contratação de audiodescritores é indispensável para garantir a acessibilidade informacional do curso a cursistas com deficiência visual, assegurando qualidade e integridade aos materiais audiovisuais produzidos. A audiodescrição viabiliza o acesso equitativo a aulas gravadas, vídeos, slides, imagens, gráficos e demais recursos visuais, em conformidade com os princípios da inclusão, equidade e direito à informação. As atividades envolvem a audiodescrição de conteúdos e materiais do curso, a orientação à equipe para produção de recursos acessíveis (roteiros, linguagem e descrição de elementos visuais) e o apoio a eventos presenciais que utilizem recursos visuais relevantes. A alocação de dois bolsistas por vinte meses decorre da demanda contínua de produção e atualização de conteúdos acessíveis e da necessidade de revezamento técnico, garantindo qualidade, regularidade e sustentabilidade das ações de acessibilidade ao longo de toda a execução do projeto.
Produtor/Editor de Conteúdo Audiovisual	A contratação de produtor/editor de conteúdo audiovisual é indispensável, pois o material audiovisual constitui produto estruturante do curso e principal meio de ampliação do alcance, reuso e sustentabilidade da formação. Compete a esse profissional a captação, quando necessária, e a edição de aulas, mesas e oficinas, garantindo padronização visual e sonora, cortes pedagógicos, legendagem, organização dos conteúdos por módulos e entrega de um acervo digital reutilizável, articulado com Libras e audiodescrição. A previsão de um bolsista por dez meses justifica-se pela concentração das atividades no período formativo, com necessidade de tempo adicional para finalização, revisão, adequação de acessibilidade, renderização e organização do acervo; sua não contratação implicaria perda de produto estratégico, redução da qualidade do material gerado e diminuição do efeito multiplicador do investimento público.
Secretário/a de Curso	A contratação de secretário de curso é estratégica para

	assegurar a governança acadêmico-administrativa da oferta, especialmente em um curso híbrido que demanda integração contínua entre AVA, encontros presenciais, administrativo, coordenação, tutoria e docência. Sua atuação organiza fluxos, qualifica a comunicação institucional, garante a fidedignidade dos registros e viabiliza o monitoramento sistemático de indicadores de participação e permanência, permitindo respostas rápidas a riscos de evasão. Ao centralizar e dar suporte aos processos operacionais e pedagógicos, o secretário contribui diretamente para a eficiência da execução, a experiência do cursista e o alcance dos resultados previstos no projeto. A contratação é necessária por 8 meses, pois os serviços desse profissional são necessários na fase de desenvolvimento do curso, inscrições de cursistas, execução do curso, finalização do curso, de emissão de certificados e de elaboração do relatório final.
Passagens	A previsão de seis passagens aéreas, totalizando R\$ 12.000,00, é essencial para viabilizar deslocamentos estratégicos de membros da equipe, especialistas convidados e articuladores institucionais diretamente envolvidos na execução do projeto, especialmente em agendas fora do estado de Alagoas. Tais deslocamentos contemplam reuniões técnicas presenciais, processos de validação metodológica, articulação com instâncias nacionais da RENAFOR/SECADI, bem como participação em eventos científicos e institucionais voltados à apresentação e discussão dos resultados produzidos. A estimativa média de R\$ 2.000,00 por trecho foi definida com base em valores praticados no mercado para saídas a partir de Maceió, considerando destinos recorrentes nas regiões Centro-Oeste (ex.: Brasília/Goiânia), Sudeste (ex.: São Paulo/Rio de Janeiro/Belo Horizonte) e Sul (ex.: Curitiba/Porto Alegre), cujos custos variam conforme antecedência, sazonalidade e disponibilidade. Trata-se, portanto, de uma previsão prudente e compatível com a realidade logística nacional. A não disponibilização dessas passagens comprometeria a inserção do projeto em espaços estratégicos de articulação e validação, fragilizaria o alinhamento técnico com instâncias nacionais e reduziria a capacidade de difusão qualificada dos resultados, impactando diretamente a consistência metodológica e a legitimidade institucional da proposta.

Diárias fora do Estado	A previsão de dezoito diárias fora do Estado, no montante de R\$ 6.840,00, é indispensável para custear a permanência da equipe em deslocamentos que exigem pernoite, garantindo condições adequadas para participação em agendas institucionais intensivas. As diárias estão estimadas a partir de uma média de três diárias por compromisso, considerando a necessidade de deslocamento, realização das atividades e retorno, especialmente em agendas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Essas agendas envolvem reuniões técnicas, atividades de integração institucional, processos de validação metodológica, participação em eventos científicos e encontros estratégicos para apresentação e discussão dos achados do projeto ao longo de sua execução. A permanência qualificada da equipe nesses espaços é condição necessária para assegurar o alinhamento técnico-institucional, a consistência das entregas e o cumprimento dos objetivos pactuados. A ausência dessa previsão inviabilizaria a participação efetiva nas agendas planejadas, comprometendo o ritmo de execução, a qualidade das interações institucionais e a validação adequada dos produtos, com impactos diretos na efetividade, no alcance e na credibilidade dos resultados do projeto.
Produção de banner para o evento de culminância	A produção de dois banners é necessária para assegurar a sinalização, a identidade visual e a organização do evento de culminância, garantindo visibilidade institucional, orientação adequada dos participantes e apoio à comunicação do evento. Esses materiais também constituem evidência formal da execução do projeto, fundamentais para o registro, a prestação de contas e a comprovação da realização da culminância prevista. A não contratação comprometeria a comunicação visual do evento, a organização logística e a adequada evidência documental da execução do projeto.
Coffee break para o evento presencial (500 pessoas) para os 3 encontros	A contratação de coffee break para três encontros presenciais, contemplando até 500 pessoas por evento, é necessária para garantir condições mínimas de acolhimento, permanência e organização das atividades, sobretudo considerando a participação de cursistas provenientes de diferentes municípios e regiões. O coffee break constitui componente logístico essencial, pois contribui para a redução da evasão em atividades de maior duração, favorece a pontualidade, a participação contínua e

	a permanência dos participantes, além de criar ambiente adequado para a realização das oficinas temáticas e momentos de interação. A previsão de 500 participantes por encontro é compatível com a capacidade do polo principal e com a dinâmica de participação rotativa do curso híbrido, considerando que nem todos os 500 cursistas estarão presentes simultaneamente. Os encontros foram planejados para assegurar lotação segura e confortável, sem prejuízo da participação integral dos cursistas nas demais atividades do curso. Ressalta-se, ainda, que os valores estimados para este item foram previamente pesquisados junto ao mercado, antes da submissão do projeto, de modo a assegurar compatibilidade com preços praticados, razoabilidade dos custos e economicidade do gasto público. A não contratação desse item acarretaria prejuízos à permanência dos participantes, aumento da dispersão durante as atividades e dificuldades operacionais na execução das oficinas, impactando negativamente a efetividade dos encontros presenciais e a coleta de insumos necessários para a elaboração do Guia e do Observatório previstos no projeto.
Serviço Especializado em confecção e editoração de manuais, cartilhas e e-books	A contratação de serviço especializado de confecção e editoração é necessária para assegurar a qualidade técnica e a perenidade dos produtos estruturantes do projeto — guias, cartilhas e e-books — os quais demandam padronização editorial, diagramação profissional, revisão, acessibilidade, versionamento e adequação tanto para impressão quanto para publicação digital. O serviço compreende a editoração e diagramação do Guia e dos materiais de apoio, a preparação de versões digitais acessíveis e a padronização gráfica institucional, garantindo organização adequada para publicação e difusão. A não contratação resultaria em produtos com baixa qualidade editorial, redução de usabilidade, dificuldades de publicação e fragilização da entrega estruturante prevista no projeto. A previsão de 1.500 unidades impressas dos materiais (manuais, cartilhas e e-books em versão física) justifica-se pela necessidade de garantir capilaridade, acesso equitativo e efetiva utilização dos produtos no âmbito das redes públicas de ensino do Estado de Alagoas. Considerando o universo de escolas estaduais distribuídas em diferentes territórios, a estratégia contempla a disponibilização de exemplares para bibliotecas escolares, assegurando consulta permanente por docentes, gestores e estudantes, bem como a destinação de kits institucionais às Gerências Regionais de Educação (GREs), responsáveis pela disseminação e orientação pedagógica nas unidades. Soma-se a isso a previsão de atendimento direto aos participantes

	das ações formativas do projeto, estimados em 500 cursistas, garantindo a cada um o recebimento individual do material, o que fortalece a apropriação do conteúdo, o uso pedagógico e a aplicação prática nas escolas. A definição da quantidade também considera a necessidade de exemplares adicionais para uso em formações coletivas, reuniões pedagógicas e contextos com limitações de acesso digital. Ademais, a versão impressa assegura a perenidade e institucionalização do material, ampliando seu alcance para além dos meios digitais. Dessa forma, a tiragem proposta mostra-se tecnicamente adequada e proporcional à estrutura da rede estadual e às ações formativas previstas, assegurando difusão qualificada, uso efetivo e impacto ampliado dos produtos do projeto.
Produção e impressão do livro	A produção e impressão do livro, em tiragem de 1.500 unidades, constitui produto de disseminação e legado institucional do projeto, com foco na ampliação da capilaridade junto às redes de ensino, conselhos, GREs e bibliotecas escolares e institucionais. A quantidade prevista permite a distribuição aos polos, redes municipais, escolas estratégicas, conselhos e instâncias regionais, bem como a formação de acervos de referência para uso continuado na formação em serviço. A não contratação desse item implicaria limitação do alcance territorial e redução do efeito multiplicador do investimento público, concentrando o acesso exclusivamente em meios digitais e podendo excluir públicos com restrições de conectividade.
Serviços de deslocamento para atuação nas escolas do Estado já incluídos combustíveis, motorista e sua diária.	A contratação de serviço integrado de deslocamento é necessária para viabilizar a atuação da equipe nas escolas e municípios do Estado, considerando que a formação prevê articulação direta com a realidade territorial e a produção de insumos aplicados, como casos reais, práticas e fluxos. Esses deslocamentos são essenciais para a coleta de informações destinadas ao Guia, a validação prática de instrumentos e procedimentos e a articulação com redes de ensino e conselhos. A opção por um serviço integrado, englobando veículo, combustível, motorista e diária, configura medida de eficiência administrativa e controle, ao assegurar custo previsível, execução organizada e rastreabilidade. A não contratação comprometeria o vínculo territorial do projeto, reduziria a obtenção de material empírico e afetaria diretamente a aplicabilidade do Guia e do Observatório previstos
Empresa especializada em banco de dados e manutenção de Observatório com inclusão de indicadores e melhorias	A contratação de empresa especializada é necessária para viabilizar a customização, ampliação e sustentabilidade de

necessárias sobre Educação e Direitos Humanos.

Observatório já existente no IFAL, que passará a incorporar dados e informações relacionados à gestão escolar, direitos humanos e violências escolares – uma vez que os dados atualmente previstos são sobre educação inclusiva. Trata-se de produto estruturante do projeto, que exige banco de dados robusto, hospedagem adequada, segurança da informação, manutenção contínua e suporte técnico qualificado. O serviço abrange a construção e implementação de indicadores, organização de painéis e relatórios analíticos, bem como melhorias evolutivas do sistema ao longo da execução, assegurando a consolidação de informações estratégicas para subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas públicas.

Considerando que o Observatório lidará com informações sensíveis, ainda que em nível agregado, é imprescindível a adoção de boas práticas de segurança da informação e a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), incluindo controle de acessos, rotinas de backup, integridade dos dados e governança técnica. A customização proposta permitirá transformar dados dispersos em evidências estruturadas, com capacidade de monitoramento contínuo, análise territorializada e apoio qualificado à tomada de decisão por gestores públicos e instituições parceiras.

O valor estimado de R\$ 32.000,00 foi definido a partir de consultas realizadas junto a empresas privadas e empresas juniores no Estado de Alagoas, considerando serviços de desenvolvimento, integração, modelagem de dados, visualização e customização tecnológica do sistema. Os orçamentos convergiram para uma média compatível com a complexidade da entrega, garantindo economicidade e aderência aos valores praticados no mercado. Destaca-se que não se trata de criação de uma solução do zero, mas de adaptação qualificada de uma base já consolidada, o que potencializa eficiência de recursos e viabilidade de implementação.

Adicionalmente, a iniciativa apresenta caráter inovador e pioneiro, ao estruturar um observatório dedicado às violências escolares sob uma perspectiva interseccional e orientada por dados, articulando ensino, pesquisa e extensão. Sua implementação fortalece o papel institucional do IFAL como agente indutor de políticas públicas, amplia a capacidade de resposta às demandas sociais e contribui para a construção de ambientes educacionais mais seguros e equitativos. Dessa forma, o investimento proposto não se configura apenas como despesa tecnológica, mas como estratégia estruturante de produção de conhecimento aplicado e de impacto social

	mensurável. Assim, o investimento configura-se como estratégico, ao potencializar uma base já existente no IFAL e consolidar uma iniciativa pioneira na produção e uso de dados para o enfrentamento das violências escolares e promoção dos direitos humanos no contexto educacional.
Gestão fundacional	A contratação de fundação de apoio é necessária para assegurar a execução administrativa, financeira e jurídica do projeto de forma regular, eficiente e em conformidade com a legislação vigente. A fundação será responsável pela gestão de contratos, pagamentos, encargos, prestação de contas, controle orçamentário e atendimento às exigências dos órgãos de controle, garantindo segurança, padronização dos processos e suporte técnico especializado ao longo de toda a execução. A previsão de 10% sobre o valor total do projeto corresponde à remuneração pelos serviços de gestão fundacional, estando alinhada às práticas institucionais e de mercado para projetos dessa natureza e complexidade. Esse percentual cobre custos operacionais, equipe técnica, sistemas de gestão e riscos administrativos, sendo essencial para assegurar transparência, governança e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Plano de aplicação

CÓDIGO	DESPESA	VALOR EM R\$
3.3.90.39.00	CUSTOS DIRETOS (valor do TED exceto taxa fundacional)	R\$ 256.040,00
	CUSTOS INDIRETOS (TAXA FUNDACIONAL)	R\$ 25.604,00
TOTAL GERAL	R\$ 281.644,00	

A natureza da despesa 3. 3. 90. 39. 00 — outros serviços de pessoa jurídica (Despesas operacionais e administrativas) — justifica-se pela necessidade de contratação dos serviços da Fundação de Apoio para gestão administrativa e financeira do projeto. A contratação possui fundamento na Lei nº 8.666/93, Lei nº 8. 958/94 e Decreto 10.426/2020.

Os valores estimados dos bens e/ou serviços constantes neste documento têm como base pesquisa de preço realizada por área competente desta instituição e estão condizentes com os praticados no mercado da respectiva região.

Maceió, 14 de abril de 2026

Carlos Guedes de Larcerra
Reitor do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)